

Condenação a qualquer ortodoxia

por Valério Fabris

Fosse um júri, o seminário "Os Economistas", promovido em Curitiba, no último dia 1º pela Abril Cultural, teria imputado ao ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto, uma severa sentença. Como advogados de acusação funcionaram, alternadamente, os professores Rinaldo Barcia Fonseca, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipar-des) — subordinado à secretaria estadual de planejamento —, e Frederico Mazzuchelli, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Diante de uma platéia de trezentos estudantes e profissionais de diversas áreas, o ministro foi o alvo dos ataques à política econômica.

A recalcitrante visão de curto prazo, o menosprezo pela opinião pública, a obsessão em querer fechar a conta e a impassividade diante dos problemas sociais constituíram-se em alguns dos ataques desferidos ao maestro da política econômica pelos debatedores. Se havia a expectativa de que Fonseca, 40 anos, e Mazzuchelli, 35, pudessem desempenhar papéis distintos na análise da crise brasileira, a dúvida foi logo desfeita assim que eles atenderam às iniciais indagações do auditório. Ambos — respectivamente doutorandos em economia pelas Universidades de Paris e de Campinas (Unicamp) — se mostraram prontamente afinados em um mesmo sentimento.

A exemplo do que se verificou com os professores Mário Henrique Simonsen, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e Luís Gonzaga Belluzzo, da Unicamp, Fonseca e Mazzuchelli vêem interrogações e incertezas no horizonte do organismo econômico internacional. Utilizando as perorações de Simonsen e de Belluzzo — cujas imagens, no seminário patrocinado pela Abril Cultural, chegaram ao auditório curitibano em vídeo-teipe — como pano de fundo para o debate, o técnico do Ipar-des e o professor da PUC avançaram, por contingência das perguntas que lhes foram dirigidas, em considerações sobre o que julgam pertinente no plano doméstico.

Para melhor se acomodar ao quadro mundial de vicissitudes, o Brasil precisa, no entender dos debatedores, renegociar sua dívida externa. Mazzuchelli está convicto de que a renegociação decorrerá, mais cedo ou mais tarde, de uma imposição matemática, tendo em vista "a total impossibilidade de pagá-la com supostos superávits da balança comercial". Ademais, ele pensa que somente assim o País se livrará do caos social em gestação, principalmente porque, no empenho de forçar a captação de recursos externos, se empurram para cima as taxas de juros, inviabilizando os investimentos industriais.

Ao formular o arrazoado, Mazzuchelli conta com o endosso de observações semelhantes anteriormente tecidas por Rinaldo Fonseca. Este, por seu turno, destacou que a dívida externa vem condicionando toda a política econômica brasileira, sendo melhor reescaloná-la imediatamente do que esperar que cresça ao ponto de a renegociação se tornar demasiadamente dura. Pelo diagnóstico enunciado para uma atenta e silente platéia, os economistas localizam a raiz do surto inflacionário no renitente desejo do ministro Delfim Netto de querer "fechar a conta", um comportamento, como disseram, a incitar o desemprego e a provocar efeitos colaterais na dívida pública.

Ou seja, a gênese estaria na prática de

(Continua na página seguinte)

Condenação a qualquer ...

por Valério Fabris
(Continuação da página anterior)

juros mais altos, no cenário doméstico, com o escopo de induzir as empresas à tomada de recursos externos. Um mecanismo empregado no intuito de carrear dólares para atenuar os dissabores dos pesados serviços da dívida. Como consequência, os investidores, potencialmente dispostos a concretizar a expansão do parque industrial, estariam recuando, agravando a situação da queda absoluta no emprego da força de trabalho. A liberação da mão-de-obra estaria duplamente aguçada pelo fato de a atividade produtiva não conseguir uma rentabilidade capaz de cobrir os juros reais — entre 35 e 40%, como nominou Fonseca — e pelo canhestro acanhamento na demanda final do mercado consumidor.

Culpar os subsídios pela inflação, como reiterou o professor da PUC, e “escamotear a questão central”, isto é, as taxas de juros. A variante local do seminário da Abril Cultural não teve o condão de trazer temas paranaenses ao auditório da Faculdade Católica de Administração e Economia (FAE), mantida pela Associação Franciscana de Ensino Bom Jesus. O moderador Fábio Doria Scatolin, do Departamento de Economia da FAE, ficou, pela duração do encontro, das 19h às 22h, sem meios de passar todas as perguntas, de âmbito nacional, aos debatedores. Frederico Mazzuchelli ainda assim teve a oportunidade de refutar a afirmação, embutida em uma pergunta (todas formuladas por escrito), de que os subsídios às exportações açodam a inflação, apesar de inspirados nos percalços do balanço de pagamentos.

Citando o economista João Sayad, o professor da PUC afirmou que os subsídios ostentam um peso bem menor do que se propala em relação ao produto nacional. “Inflacionário é o oligopólio bancário que, na verdade, aumentou o ‘spread’ — a diferença entre as taxas de captação — no momento do controle quantitativo do crédito. Um oligopólio bancário que se aproveitou da estratégia governamental de diferencial de taxas de juros para aumentar brutalmente esse diferencial”, prosseguiu ele. Se, no entanto, pela sua exposição, são os bancos o empecilho mais saliente a uma adequada administração da política econômica, figuram, em contrapartida, como um dos maiores prejudicados pelo crescimento da dívida externa.

Rinaldo Fonseca avança a possibilidade de uma circunstancial internacionalização do sistema financeiro do País estar operando como um calmante para os bancos estrangeiros, ao lado da abertura dos projetos minerais do País à participação das multinacionais. “Isto não significa que o sistema bancário internacional não esteja preocupado com a dívida externa brasileira. Pelo contrário, já faliram cerca de vinte bancos nos Estados Unidos. Não são dos maiores, mas alguns justamente comprometidos com empréstimos a países do Terceiro Mundo”, acrescentou o economista.

Ele inclui entre as perversidades das altas taxas de juros as sérias complicações da dívida interna, déficit que é financiado pela colocação de títulos do Tesouro Nacional. “Ora, a cada momento que se eleva a taxa de juros interna, acompanhando a taxa de juros externa, aumenta o custo da dívida pública brasileira. Por outro lado, a colocação de títulos da dívida pública também força a elevação da taxa de inflação. É um mecanismo que se auto-alimenta. Assistimos hoje a um enorme endividamento externo e interno”, descreveu Rinaldo Fonseca.

Como combatê-lo? questiona um dos espectadores do debate. O técnico do Iparde remete a solução diretamente à reforma tributária e, de modo específico, à taxação dos lucros bancários. Há, como ressaltou ele, uma “enorme massa de lucros na mão do oligopólio bancário” que poderia ser ta-

chada como uma forma de incrementar a receita tributária e de “evitar o crescimento, em bola de neve, do endividamento interno brasileiro”. Esta seria uma vareta do leque que privilegiaria uma era de impostos diretos. Outro atalho, como sugere o economista, é a reprogramação dos “investimentos megalomaniacos”, entre os quais as usinas nucleares. Receia, porém, que se acabe optando não por um corte seletivo dos gastos públicos mas, indiscriminadamente, por drásticos cortes em todo o tipo de política social, com “consequências negras”.

A propósito, o técnico da Fundação Tomaz Edson Vieira remontou às taxas múltiplas vigentes no período Juscelino Kubitschek, onde “havia cinco, seis taxas de juros diferentes”, para procurar evidenciar as experiências consagradas. “Foi um esquema que funcionou e em cima do qual se conseguiu fazer uma política seletiva de importações, e em grande parte favoreceu a instalação de uma porção considerável da indústria nacional. Essas idéias estão aí, estão sendo debatidas. Os economistas que ocupam cargos de direção no País fazem ouvidos de mercador às sugestões dos que não estão no poder e, inclusive, de alguns que hoje compartilham da direção do País”, queixou-se o debatedor.

Taxar os lucros dos bancos, uma fórmula para evitar um endividamento maior

Endossando o parecer do professor Mário Henrique Simonsen, transmitido na projeção do vídeo-teipe, quanto a uma crise oriunda do dogmatismo, da falta de pragmatismo e ecletismo, Frederico Mazzuchelli conclamou os espectadores, na maioria estudantes da FAE, a recorrer aos clássicos e ao estudo das experiências passadas. Não que deles seja possível obter respostas prontas, como havia observado, igualmente no filme, o professor Luiz Gonzaga Belluzzo. Pode-se, todavia, saber como fazer as perguntas corretas. O “New Deal” do presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, na década de 30; a Teoria Geral, de John Maynard Keynes; os Ensaios sobre a Teoria das Flutuações Econômicas, de M. Kalecki; O Capital, de Karl Marx; ou a Riqueza das Nações, de Adam Smith, representam, como frisou Mazzuchelli, fontes de inspiração para o estudo da natureza da crise presente.

Uma reflexão que, segundo ele, faz parte do cotidiano da comunidade acadêmica, “que pensa e procura formular sugestões para os problemas nacionais”. O ministro Delfim Netto, acusou o professor da PUC, encara “toda e qualquer proposta séria, consistente, como conversa mole de professores de tempo integral”. Instigado, no entanto, a falar sobre a formação acadêmica nos cursos de graduação, no País, e simultaneamente, do comportamento dos economistas perante a crise, o professor da PUC paulista não poupou críticas agudas. Após enaltecer a reflexão, a recusa ao dogma e de argumentar que, mesmo trabalhando em circuitos limitados, os economistas devem ter uma percepção mais aguda dos problemas gerais da sociedade, Mazzuchelli foi incisivo quanto aos currículos escolares.

O “curso enlatado” é, como assinalou ele, um fenômeno pernicioso, pois se tem desperdiçado tempo com modelos e teorias rigorosamente inúteis. “Isto é muito diferente do que afirmei sobre a necessidade de se lerem os clássicos. Quando eu falo em aprender os clássicos, significa ver como David Ricardo, por exemplo, pensava

a constituição do capitalismo inglês; como Adam Smith pensava o mesmo problema. Como Marx pensava a natureza, o movimento, as leis gerais do capitalismo. Como Keynes pensava a estabilidade. Estudar autores que nos ajudam a pensar é uma coisa. Outra é estudar isoquantas (ou curvas de igual produto) e curvas de indiferença que simplesmente não servem para nada. Aí não se forja consciência crítica alguma. Nem na empresa o cidadão usará isso. Desafio um economista que já usou isoquanta em uma empresa”, continuou o professor da PUC.

Dada a formação desconectada, sem atender às inquietações dos estudantes, como reiterou Mazzuchelli, pelo menos na “média” do que tem visto, ele manifestou a esperança de que ocorra uma reestruturação dos currículos nos cursos de economia. Reconhece que é difícil de se compatibilizar o estudo de história, de sociologia e de matemática, mas assevera que a formação precisa ser eclética. Rinaldo Barcia Fonseca pediu, também, o abandono da “engenharia econômica”, que se constitui “prática tradicional” dos profissionais da área, em favor de exercícios de engenharia social, que tendam a compor uma visão prospectiva das possíveis estratégias de crescimento.

No papel de iconoclastas, refugando o que tomam como utopia ou mitos, os debatedores do seminário “Os Economistas” dispararam respostas ácidas quando supuseram que determinadas perguntas carregavam, por exemplo, o desejo de supremacia da agricultura sobre a indústria. “A tese de que se veicula normalmente de que é necessário olhar para a agricultura, olhar o nosso enorme potencial, na verdade mascara uma postura extremamente retrógrada. É a volta das vantagens comparativas. Imaginar, digamos, que através do crescimento da agricultura se possa resolver os problemas de balanço de pagamentos, de se resolver a criação de empregos, de renda. A agricultura sempre absorve menos gente. Isso é uma coisa clássica. Por detrás dessa proposta, aparentemente sedutora, num país com tantas fronteiras, está a velha briga do Eugênio Gudin com o Roberto Simonsen sobre a vocação agrícola do País. Significaria abandonar a industrialização, que surgiu como um ato de vontade, a duras penas”, desfechou o professor da PUC de São Paulo.

Igualmente contundente, Rinaldo Fonseca foi veemente ao dizer que “a agricultura não relançará a economia pelo simples fato de que, no Brasil, ela pesa muito pouco em termos de produção de riqueza comparadamente à indústria”. Em outras palavras, o investimento adicional na agricultura “tem um impacto muito reduzido sobre a economia quando se compara ao investimento na indústria”. Se a questão do emprego e da formação de renda “passa pela economia industrial e não pela agricultura”, na opinião do economista do Instituto Paranaense, os subsídios ao crédito rural, entretanto, não podem ser cortados sob pena de um retumbante desastre na produção.

A supressão dos subsídios inviabilizaria, ainda de acordo com o economista do Iparde, o processo de modernização, com prejuízos à produtividade e mesmo ao aumento da oferta de gêneros agrícolas. Depreende-se, por conseguinte, dos comentários dos debatedores, que, se, de um lado, a agricultura não deve ser o carro-chefe, por outro, não conseguiria, sem o guarda-chuva dos subsídios, cumprir a incumbência de assegurar o abastecimento nacional e de contribuir para o satisfatório desempenho das exportações. Fábio Scatolin, moderador dos debates, não resistiu à pergunta sobre se haveria uma crise do modo de produção industrial nos mundos do capitalismo e do socialismo.

Mazzuchelli incumbiu-se de acentuar que a “indústria é uma conquista da humanidade”, reputando como sepultada a visão que busca um recuo no progresso técnico. “O que se assiste, agora, é a uma conjunção de fatores que levou a um

‘down’ cíclico extremamente profundo, com a característica de que em uma etapa monopolística cada ‘down’ cíclico se transforma em uma crise da estrutura capitalista, com a erosão dos seus mecanismos de regulação, com a exacerbação da instabilidade financeira”, discorreu ele.

A despeito da insistência em tratar a crise como a natureza contraditória do capitalismo, onde a expansão conduziria a uma etapa subsequente de recessão, Mazzuchelli acabou por admitir que, dada a interdependência planetária, as economias socialistas não fogem ao atual dilema. “A idéia de uma economia autárquica, auto-suficiente, auto-sustentada que se fecha do resto do mundo é absolutamente utópica. Na medida em que a recessão e o protecionismo, praticado pelos países da Europa Ocidental e pelos Estados Unidos, começaram a ser exercidos, seguramente o fluxo do comércio sofreu uma retração, que prejudicou os países socialistas. Mesmo com fluxos financeiros tal ocorreu. A política econômica polonesa num certo sentido foi parecida com a brasileira dos anos do milagre, levando a um endividamento sem limite, aproveitando as ondas de liquidez prevaletentes no mercado internacional. O resultado foi a total incapacidade de fazer frente às obrigações contraídas”, comentou o professor da PUC.

Ele fez questão de grifar, todavia, a ignorância que paira sobre o funcionamento da crise nos países socialistas, sem que, “entre nós”, muitos problemas tenham sido divulgados ou estudados. “Diria que a questão da agricultura nunca conseguiu uma solução satisfatória nas economias centralizadas.” Um dos presentes perguntou se uma das causas da crise não seria resultado da acumulação primitiva do capital.

Coube ao próprio professor da PUC explicar, então, que a idéia de acumulação primitiva, de Karl Marx, estabelece pressupostos históricos da emergência do capitalismo. Seria, portanto, a concentração inicial do capital por parte de alguns. “Ela é primitiva num duplo sentido. Primitiva porque originária e violenta, compreendendo, via de regra, a expulsão de pequenos proprietários, a destruição da propriedade familiar, do trabalho doméstico. É um processo de proletarianização que já se constituiu no País há muito tempo, então não é isso.”

A necessidade de se consultar os autores clássicos, para evitar teorias dogmáticas

Eleita, no debate, como a questão que, claramente, mais despertou o interesse da platéia, a dívida externa brasileira mereceu uma atenciosa abordagem de Fonseca e de Mazzuchelli. O professor da PUC acredita que a renegociação virá, inexoravelmente. “Matematicamente”, retomou ele, “vai ser cada vez mais difícil fechar a conta do balanço de pagamentos porque os bancos internacionais estão em uma posição fraca com relação ao seu passivo, e os países que têm superávit fazem aplicações de curto prazo.” Para o técnico do Iparde não há outra saída, até mesmo porque, além das repercussões que mencionou, se chegou ao ponto máximo de contenção das importações, a partir do qual pairaria o risco de não se comprar bens e matérias-primas essenciais, como os produtos químicos para os fertilizantes. Com a renegociação, pelo que manifestaram os debatedores, o País terá espaço para crescer, dando prioridade à política que não causa estrangulamento externo como saúde, habitação, educação e transportes.